

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.648 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2003

Comissões retomam atividades

1

CAE examina proteção a comprador de imóvel

2

Senadores sabatinam juiz indicado para ministro do STJ

3

Amorim pode ser chamado para discutir adesão à Alca

PÁGINAS 2 E 3

Reformas voltam a ser debatidas no Plenário



PAULO PAIM

Salário integral para todos os aposentados

Vice-presidente do Senado defende proposta de reforma em que todos os trabalhadores se aposentem com salário integral, desde que contribuam sobre o total dos rendimentos.

ARTHUR VIRGÍLIO

PSDB vota a favor de mudanças estruturais

Líder do PSDB no Senado assegura apoio de seu partido a mudanças na “estrutura esclerosada e carcomida do país”. Ele se diz aliviado pelo fim do “sectarismo que pautava os debates”.

RAMEZ TEBET

Pontos consensuais devem ser votados já

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado é a favor da votação, no menor prazo possível, de pontos consensuais das reformas previdenciária e tributária.

ROMERO JUCÁ

Diferença entre teto e piso precisa cair

Mais rigor na observância do teto salarial no serviço público é cobrado pelo presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que defende também a elevação do piso.

PÁGINAS 4 E 5

Patrícia quer Senado na luta contra exploração infantil

Criação de CPI mista para investigar redes de exploração sexual de crianças é uma das iniciativas da senadora Patrícia Gomes com o objetivo de colocar o tema entre as principais preocupações do Legislativo.

PÁGINA 8



Patrícia Gomes pretende defender políticas públicas sociais, em especial para a criança e o adolescente

Estágio médico no interior pode ser obrigatório

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando parecer do relator, projeto do ex-senador Roberto Freire que torna obrigatória a prestação de estágio remunerado por parte dos médicos recém-formados como requisito para o reconhecimento do diploma e habilitação para o livre exercício profissional. A proposta, que tramita em conjunto com projeto similar do ex-senador Carlos Wilson, será apreciada posteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

Roberto Freire argumenta, em sua justificativa, que a mercantilização que afetou a prática da Medicina estimulou uma concentração exagerada de médicos nos grandes centros urbanos, enquanto hospitais, centros e postos de saúde de pequenos municípios continuam fechados ou funcionando precariamente.

"Infelizmente, e contrariando compromissos democráticos, nos últimos anos o exercício da Medicina vem-se submetendo a um único imperativo: o do mercado. A saúde da população e a sua própria expectativa de vida passaram a depender, perigosamente, da perspectiva do lucro, transformando-se em bem de comércio", afirma o senador.

Roberto Freire observa que iniciativas visando contornar esse problema "costumam ser combatidas pelas corporações de forma cega e sem preocupação social". Ele lembra, no entanto, que a medida já foi adotada com relativo sucesso em vários países.

Juiz indicado para o STJ terá sabatina amanhã

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar pauta de 15 itens, na primeira reunião desta legislatura

Na primeira reunião da legislatura, prevista para as 10h de amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), tem uma pauta de 15 itens, entre eles a análise da indicação, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Teori Albino Zavascki, para ocupar vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ) aberta após a aposentadoria do ministro Jacy Garcia Vieira.

Caso a pauta do Senado seja liberada após a votação da medida provisória sobre renegociação de dívidas de produtores rurais, que bloqueia as votações, os novos membros da comissão podem votar, em caráter terminativo, projeto de lei do ex-senador Roberto Freire que extingue a prisão especial. Segundo Freire, a única razão para a concessão de prisão especial, em dependência separada das penitenciárias, é a garantia da integridade física do preso, sem diferenciação de classe ou categoria profissional.

Assim, portadores de diploma de nível superior, parlamentares, ministros dos tribunais de contas, governadores, prefeitos, membros do Ministério Público, membros das Forças Armadas e da polícia militar, ministros, magistrados, secretários de estado, entre outros, perderiam essa prerrogativa. O relator da proposta, senador Amir Lando (PMDB-RO), é favorável à matéria e recomenda a sua aprovação.

Outro projeto que pode ser aprovado pela CCJ sem a necessidade de ir a Plenário é a proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR)

que regulamenta as atividades das cooperativas no Brasil, definindo suas características e como devem ser estruturadas. O projeto permite que elas negociem ações em bolsa e que se associem a empre-

sas. O relatório do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) sugere a aprovação do projeto, que tramita em conjunto com propostas de Eduardo Suplicy (PT-SP) e do ex-senador José Fogaça.



Mestrinho tem projeto que diminui penas sobre crimes culposos previstos no Código de Trânsito



Proposta de Álvaro Dias amplia a proteção a vítimas e testemunhas de crimes

Maior proteção a testemunha é um dos projetos em pauta

Em caráter terminativo, a CCJ deve votar o projeto de lei do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) que diminui as penas aplicadas sobre crimes culposos (não intencionais) previstos no Código de Trânsito Brasileiro para adequá-las ao Código Penal. A proposta tem o apoio do relator, senador José Jorge (PFL-PE).

Os senadores da comissão também podem votar projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que amplia a proteção a vítimas e testemunhas de crimes. A proposta assegura em lei o direito ao anonimato, a possibilidade de não depor na presença do acusado, seus familiares ou amigos e de depor encapuzados ou com modificador de voz, em sala separada

do acusado. Favorável à proposta, o relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), concorda com o aperfeiçoamento da proteção a vítimas e testemunhas, para garantir maior segurança contra ameaças e intimidações.

A CCJ pode ainda votar projeto do ex-senador Ademir Andrade que determina que as Assembleias Legislativas sejam informadas sobre a liberação de recursos federais para os estados e para o Distrito Federal. O relator, Amir Lando (PMDB-RO), concorda com a medida. Substitutivo à proposta foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e, na CCJ, o relator oferece novo substitutivo para aprimorar a redação do projeto.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV nº 33/02, que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mútuos com dívidas junto a bancos oficiais federais; entre outros.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 1/03, encaminha ao Senado a programação monetária para o 1º trimestre de 2003; PLS nº 44/99, proíbe a exportação da madeira em tora, prancha, ou não acabada; PLC nº 76/00, acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação dos relatórios apresentados às Mensagens nºs 43/02-CN, que encaminha relatório contendo a demonstração e avaliação do cumprimento da meta do resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não Financeiras, fixada para o exercício de 2001; e 125/02-CN, que encaminha o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas; e Requerimentos nºs 1/03, solicitando sejam convocados os ministros do Planejamento e da Fazenda para prestarem esclarecimentos sobre o contingenciamento promovido no OGU-2003, o aumento do superávit primário para 4,25% e as medidas adotadas em 10 de fevereiro de 2002; e 2/03, solicitando seja convocado o ministro do Planejamento para prestar esclarecimentos sobre o impacto do contingenciamento dos recursos do OGU-2002 e a aplicação do Decreto nº 4.594/03, frente a liberação dos recursos dos contratos e convênios de emendas Individuais do OGU de 2001 e 2002 ainda não liquidados.

15h – audiência pública com os secretários Joaquim Vieira Ferreira Levy, do Tesouro Nacional, e João Bernardo de Azevedo Bringel, de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, Lei de Responsabilidade Fiscal. Plenário nº 1 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Requerimentos solicitando a convocação do ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, para debater a Agência Brasileira de Informações; dos ministros da Defesa, José Viegas Neto, e do Planejamento, Guido Mantega, para debater o reaparelhamento das Forças Armadas; do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e os secretários-gerais do ministério para debaterem a Alca. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Amorim pode ser ouvido sobre a Alca

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pode comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater com os senadores as negociações para a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O requerimento, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), também prevê a convocação de dois secretários do mesmo ministério. A comissão vota este e dois outros requerimentos de Virgílio na reunião de hoje, a partir das 17h30. O líder do PSDB também quer que a comissão ouça o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, sobre a política do governo para a área de informações. Além dele, podem comparecer à CRE os ministros da Defesa, José Viegas Filho, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega. Eles fariam sobre as necessidades de reaparelhamento das Forças Armadas e a possibilidade de atendimento pelo governo. Há ainda na pauta da comissão projeto que permite a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil.



Celso Amorim pode comparecer pela primeira vez à CRE para falar sobre a Alca

CAE analisa exigência de seguro para proteger comprador de imóvel

Projeto de Edison Lobão tenta evitar prejuízos como os provocados pela falência da construtora Encol. Também está na pauta proposta que proíbe exportação de madeiras da Amazônia Legal

A obrigatoriedade do seguro-garantia para as atividades de incorporação e construção de imóveis deverá ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne pela primeira vez nesta legislatura, a partir das 10h.

O projeto, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), pretende oferecer proteção mais efetiva aos compradores de imóveis, exigindo que a empresa responsável pela comercialização do empreendimento faça o seguro. Isso, de acordo com a justificativa da proposta, assegura o direito do contratante no caso de inadimplência do contratado – medida que poderia ter evitado, como no exemplo citado no projeto, os prejuízos causados às 42 mil pessoas que adquiriram imóveis da extinta construtora Encol. A empresa pediu concordata em 1997 e dois

anos depois teve a falência decretada pela Justiça.

A pauta da CAE inclui, ainda, mais três itens. Um deles é a programação monetária para o primeiro trimestre deste ano, enviada ao Congresso Nacional no dia 30 de dezembro pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A mensagem presidencial, que traz também as metas para o comportamento dos principais indicadores monetários no atual exercício, prevê a continuidade de uma política monetária restritiva.

O relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) analisará a



Edison Lobão é autor do projeto que torna mais segura a compra de imóvel

programação monetária proposta pelo antigo governo para conter a inflação. De acordo com o texto enviado pelo Executivo, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento, dentro do conceito restrito (M1), que mede a expansão do papel moeda em poder

do público e os depósitos à vista nos bancos, está com um crescimento estimado de 34,3% até março e de 20% até dezembro de 2003.

O governo considerou que haverá um ingresso de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre em decorrência

das liberações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Outro impacto sobre os meios de pagamento previsto pela equipe de Fernando Henrique Cardoso é a ampliação de gastos com os programas sociais do governo.

A CAE analisará também outros dois projetos. O primeiro, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que conta com parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), proíbe a exportação de madeiras da Amazônia Legal em toras, em pranchas ou não acabadas. Para tanto, Jucá propõe uma redução gradual das quantidades exportadas num período de cinco anos. O outro projeto pretende facilitar o recebimento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Plenário vota renegociação para pequeno produtor

O Plenário deve examinar hoje “mais uma tentativa de equacionar em definitivo o endividamento dos produtores rurais”, conforme definição dada por cinco ministros do governo Fernando Henrique Cardoso na exposição de motivos da Medida Provisória (MP) nº 77, de 2002.

Trata-se de projeto de lei de conversão dessa MP que autoriza a reapactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, em especial as contratadas no âmbito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Essa matéria está trancando a pauta, o que significa que somente após a sua votação o Senado poderá examinar as demais proposições incluídas na ordem do dia e aquelas que devem receber decisão terminativa nas comissões permanentes da Casa.

O projeto autoriza ainda a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural de investimento contratadas por agricultores familiares, pequenos e miniprodutores e de suas cooperativas e associações, no valor original de até R\$ 35 mil. E permite a concessão de crédito, com recursos dos fundos constitucionais de financia-



Projeto de conversão da medida provisória que permite renegociar dívidas rurais tem preferência para votação e bloqueia pauta do Plenário

mento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição de títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operações na forma da Resolução nº 2.471/68, do Conselho Monetário Nacional, que trata de dívidas contraídas com recursos de outras fontes.

Também hoje, devem ser votados, em turno único, projetos de decreto legislativo sobre a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em São Gonçalo (RJ), de radiodifusão sonora em frequência modulada em Maringá (PR) e em Iporá (GO), e radiodifusão sonora em onda média em Ipameri (GO).

Para amanhã, está prevista a votação secreta de duas mensagens do presidente da República, uma indicando o ministro João Gual-

berto Marques Porto Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a Cingapura, e outra designando o ministro Renato Luiz Rodrigues Marques para exercer o cargo de embaixador junto à Ucrânia. Na mesma sessão, deverão ser votados projetos de decreto legislativo relativos à execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em São Paulo (SP), de radiodifusão de sons e imagens nas cidades mineiras de Araxá e Uberlândia, e de radiodifusão sonora em onda média em Manhuaçu (MG).

Para quinta-feira, estão na pauta outros quatro projetos de decreto legislativo sobre a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Comissão de Fiscalização define como vai trabalhar

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza reunião extraordinária amanhã, às 11h, para definir uma sistemática para os trabalhos da comissão durante o biênio 2003/2004. A CFC, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), conta com 17 senadores titulares e nove suplentes.

A principal atribuição da CFC é exercer a fiscalização e o controle dos atos do Executivo, incluídos os da administração indireta. Para cumprir sua finalidade, a comissão pode avaliar a eficácia e eficiência dos projetos, apreciar a compatibilidade da execução orçamentária, solicitar informações à administração direta e indireta e avaliar as contas dos administradores e responsáveis pelo dinheiro público.



Suassuna convocou reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle

Paulo Paim pede urgência na votação das reformas

Senador também defende adoção de medidas que garantam a recuperação do poder de compra do salário mínimo e o crescimento econômico

Em seu primeiro discurso em Plenário, o primeiro-vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a urgência na votação das reformas previdenciária e tributária, a paulatina recuperação do poder de compra do salário mínimo e a adoção de uma política de crescimento econômico, de criação de postos de trabalho e de igual oportunidade de educação para todos.

Segundo disse, o funcionário público não é o "bandido" na história do déficit da Previdência. Poucos sabem, acrescentou, que os servidores contribuem com 11% sobre o total de seus vencimentos e não apenas sobre o teto de dez salários mínimos, como o trabalhador da iniciativa privada. "Além disso, a maioria está com salários congelados há oito anos", explicou.

Paim afirmou ter apresentado



Segundo Paim, servidor público não é o "bandido" do déficit da Previdência

proposta de reforma previdenciária em que todos – setor público e privado – possam se aposentar com salário integral, desde que contribuam sobre o total dos rendimentos, de acordo com cálculos atuariais. É simples, disse ele: quem quiser se aposentar ganhando mais terá de pagar mais.

Para o senador, os empresários

deverão pagar de acordo com o faturamento – e não sobre a folha salarial, como é hoje – e os empregadores públicos (União, estados e municípios) também serão obrigados a pagar sua parte. Em todos os casos, Paim propõe que seja mantido o princípio de 2 por 1, ou seja, a contribuição patronal deverá ser o dobro da que é paga pelo empregado.

Ainda conforme a proposta, os brasileiros que não contribuíram para a Previdência terão direito a um seguro social a ser pago pela União. "Somente com essa medida haveria um superávit de R\$ 3,5 bilhões", garantiu.

SALÁRIO MÍNIMO

Paulo Paim ressaltou que não abandonou a proposta de garantir um salário mínimo de US\$ 100 mensais ao trabalhador brasileiro, mas reconheceu não ser possível chegar a esse montante em 2003. "Em maio, somente será possível um mínimo de R\$ 240, talvez R\$ 250. Mas ainda no governo Lula, chegaremos lá", prometeu.

Arthur Virgílio garante apoio do PSDB às mudanças estruturais

Ao afirmar que não acredita na informação divulgada pela imprensa de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria dito que, para aprovar a reforma previdenciária, seria capaz de jogar a sociedade contra o funcionalismo público, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) garantiu o apoio do seu partido às reformas estruturais que o governo federal deverá encaminhar ao Congresso.

– A questão não está em jogar a sociedade contra os servidores, mas a verdade é que para todos chegou a hora das reformas. Não há mais ninguém em sã consciência que ouse dizer que é contra as reformas, antes consideradas neoliberais. O PSDB não negará seu passado. Votaremos a favor de todas as reformas que realmente signifiquem mudança na estrutura esclerosada e carcomida do país – declarou Arthur Virgílio.

Dizendo-se aliviado pelo fim do "sectarismo que pautava os debates sobre as reformas", Arthur

Virgílio lembrou que até há pouco tempo sofria grande pressão de líderes sindicais contra a realização das reformas. Ele comentou que a mudança de posicionamento do PT sobre o tema é saudável. Registrou ainda que a cobrança da Previdência dos inativos só não foi aprovada ainda em virtude da oposição dos partidos que hoje integram a base do governo.

ZONA FRANCA

Outro assunto abordado pelo senador Arthur Virgílio foi a matéria publicada ontem pelo jornal *O Globo*, intitulada "Zona Franca, artifício para burlar o fisco". Nela, técnicos da Secretaria da Receita Federal acusam grandes empresas de abusarem de artifícios para não recolher tributos. O principal deles seria fabricar equipamentos ou levar parte de sua produção para Manaus com o objetivo de obter isenção de impostos.

Virgílio negou que o artifício es-



Arthur Virgílio: "Não há mais ninguém em sã consciência que ouse dizer que é contra reformas"

teja sendo utilizado e falou da importância da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento da Região Norte. Ele opinou que o modelo de desenvolvimento regional implantado na capital do Amazonas talvez seja o único bem-sucedido no país. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apoiou as considerações de Arthur Virgílio sobre a Zona Franca de Manaus.

Decisões devem começar com pontos consensuais, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a votação, no menor prazo possível, dos pontos consensuais das reformas tributária e previdenciária. Ele disse que o país não pode abrir mão do ambiente favorável às mudanças estruturais.

– Tenho medo da desesperança. Aquilo que for consenso, vamos votar rapidamente.

Tebet comemorou a concordância dos governadores, que se reuniram com o presidente da República, em relação aos principais pontos da reforma da Previdência. Segundo disse, o tema é complicado e exigirá um grande acordo nacional para que seja implementado. Raciocínio semelhante, salientou Tebet, vale para a reforma tributária, que envolve interesses conflitantes.

Diante das dificuldades em aprovar as reformas, Tebet defendeu o esforço dos políticos para superar as diferenças.

– É a política que pode resolver essas contradições – argumentou.

Em aparte, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou o



Para Tebet, país não pode abrir mão do ambiente favorável às mudanças estruturais

apoio, no fim de semana, de todos os governadores às reformas.

Tebet também abordou no pronunciamento a responsabilidade dos políticos diante das expectativas manifestadas pela sociedade, principalmente pelos mais jovens. Ele relatou encontro que manteve com um adolescente de 17 anos, que se mostrou descrente dos políticos e da política como instrumento de mudanças.

– A política é a mais nobre atividade e a forma de resolver o destino dos homens – afirmou o senador ao jovem.

Consultores propõem aumento da idade para aposentadoria

Os consultores legislativos do Senado Gilberto Guerzoni Filho e Fernando Meneguim, especialistas em Previdência Social, consideram que a solução mais viável para evitar uma futura insolvência do sistema seria o aumento da idade mínima, progressivamente, até o limite de 65 anos, para homens e mulheres. Segundo afirmam, a unificação prevista pelo Projeto de Lei Complementar nº 9 não será aceita pelos governadores, e o chamado fator previdenciário é uma "idéia criativa", mas não resolveria o problema.

Guerzoni e Meneguim garantem que o grande problema está no setor público, como tem declarado sucessivamente o governo atual e o anterior. Para eles, a conta não fecharia dentro dos padrões atuais, ainda que todos cumprissem 30 anos de exercício efetivo da função, porque há as aposentadorias por invalidez, as pensões para viúvas longevas e o fato de que o último salário da ativa é superior à média percebida durante a carreira.

– Não há lógica atuarial no sis-

tema em vigor – afirmam.

Guerzoni e Meneguim acreditam que os governadores e prefeitos não aceitarão a fórmula prevista no PLC nº 9, porque implicará contrapartida de 20% por parte dos tesouros estaduais e municipais, e eles não têm como fazer frente a tal despesa. O projeto prevê a unificação dos regimes de aposentadoria, com a criação de um fundo que garantiria aos servidores os mesmos rendimentos da ativa. Esse fundo seria formado por contribuições do próprio servidor e do governo a que estivesse ligado.

Os consultores informam que a situação atual é menos grave do que há 15 anos, por causa das reformas iniciadas pelo governo anterior, como a emenda constitucional que estabeleceu as idades mínimas de 48 anos, para mulheres, e 53 anos, para homens. Mas, ainda assim, o problema persiste, e a solução mais adequada e racional, dizem, seria o aumento progressivo e a unificação da idade mínima de homens e mulheres até 65 anos, como na Europa.

Jucá quer adoção de teto salarial para o servidor

A ausência de limite para a remuneração, disse, criou distorções e hoje há funcionários públicos com vencimentos superiores aos dos ministros do STF. É preciso também, defendeu, elevar o piso salarial do setor



Demóstenes pediu transcrição nos Anais do Senado de artigo sobre os desafios históricos do Congresso

Demóstenes destaca artigo sobre reformas

O senador Demóstenes Torres (PFL-GO) pediu que um artigo do jornal *Gazeta Mercantil*, do dia 4 de fevereiro, seja registrado nos Anais do Senado. A matéria de opinião, intitulada “Os desafios históricos do novo Congresso”, fala da necessidade das reformas tributária, política e previdenciária para a extinção de privilégios seculares no Brasil.

Segundo o artigo, a “capacidade de articulação e a liderança incontestada” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão fundamentais para que ele consiga equacionar um pacto federativo com os governadores, prefeitos e o Congresso Nacional e possa realizar as reformas. Além disso, defende o jornal, deverão colaborar na reestruturação do país acadêmicos, sindicalistas e associações de classe.

Nesse processo, conforme o texto, caberá aos legisladores a tarefa de captar os anseios nacionais e traduzi-los em lei.

Aprovado voto de pesar por morte de jornalista

O Senado Federal enviará aos familiares do jornalista mato-grossense Antônio de Pádua e Silva voto de pesar pelo seu falecimento. O requerimento, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi aprovado ontem pelo Plenário. O jornalista faleceu no último sábado, dia 22, aos 48 anos.

Jane de Araújo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a aprovação de um teto salarial para o funcionalismo público. A ausência de limite para a remuneração, segundo ele, criou vários desvios e hoje há pessoas recebendo salários superiores aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – pouco mais de R\$ 17 mil, que deveria ser o maior vencimento no serviço público.

Logo após a fixação desse limite, defendeu Jucá, o Congresso Nacional deveria se empenhar “em outra luta, que tem mais repercussão social”: a elevação do piso salarial do setor público. De acordo com o senador, é preciso reduzir a “diferença abissal” entre a remuneração de um ministro do STF e a de um servidor que ganha o salário mínimo.

“ABISMADO”

O senador disse ter ficado “abismado” ao ler na edição do dia 22 do jornal *O Globo* reportagem intitulada “Lula: se preciso, botamos a sociedade contra o servi-



Romero Jucá defende aumento para o servidor público que recebe salário mínimo

dor”. Jucá afirmou não ter acreditado nas informações, embora, segundo a reportagem, dois governadores tenham explicitado a posição em momentos diferentes.

– Não combina com a história do PT. Tenho a certeza que não será a posição do atual governo. Mas se for essa a posição, de confronto com os servidores públicos, estaremos aqui para defendê-los – declarou.

Jucá disse ainda que até o início de abril deverá ser aprovado pela Comissão de Assuntos Soci-

Rosevelt Pinheiro

ais (CAS) – que ele preside – o Projeto de Lei Complementar nº 9, que trata da previdência complementar para o setor público. Ele lamentou a intenção do governo, anunciada pelos jornais, de taxar os servidores inativos.

– Não ajuda o bom debate querer começar a mudar a Previdência penalizando os aposentados.

O representante de Roraima também pediu a transcrição nos Anais do Senado de artigos publicados no fim de semana pelos jornalistas Rudolfo Lago e Dora Kramer, respectivamente no *Correio Braziliense* e *Jornal do Brasil*, sobre a intenção do governo de aumentar a discricção dos funcionários do Palácio do Planalto.

– A “lei do silêncio” implantada no Palácio do Planalto lembra os períodos de censura e, portanto, também não são uma boa lembrança. Espero que o excesso de cuidados e o treinamento do Gabinete de Segurança Institucional para os servidores do Palácio não sejam confundidos com cerceamento de liberdades – afirmou.

Amaral: mudanças exigem Congresso sereno

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse que o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 52ª Legislatura, revelou que as questões políticas, administrativas, tributárias e previdenciárias merecerão a avaliação, em profundidade, do Congresso Nacional. Para o senador, a eleição do presidente Lula, um opositor histórico, segundo ele, permite antever mudanças de rumos na condução das questões nacionais, exigindo do Parlamento “uma análise serena e abrangente de novas soluções e caminhos para o país”.

Valmir Amaral também chamou a atenção para a renovação do Congresso, com mais de 50% de

novos senadores e 46% de novos deputados federais. O Senado “é uma Casa plena de novas idéias e de possibilidades, o que nos remete a uma oportunidade histórica de conduzir o Brasil a um novo patamar de progresso e de justiça social”, afirmou.

De acordo com o senador, caberá a cada um, acima de convicções pessoais e partidárias e acima de eventuais divergências, esforçar-se para cumprir a missão de legislar em favor do povo brasileiro.

– O novo tempo está aí e temos enorme responsabilidade de contribuir para que seja melhor a todos os brasileiros. Para isso, temos de trabalhar muito, com a



Para Valmir Amaral, há a oportunidade histórica de se garantir a justiça social no Brasil

confiança de que, unidos em prol do Brasil, conseguiremos atingir nossos objetivos – concluiu o senador.

Cerimônia abre amanhã ano letivo no ILB

Será realizada amanhã a solenidade de abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O evento, previsto para as 10h, no Auditório Petrônio Portella, contará com a presença do senador Romeu Tuma

(PFL-SP), primeiro-secretário do Senado. Também estarão presentes o diretor-geral da Casa, Agacieli Maia, e os dirigentes das secretarias e subsecretarias do Senado.

Durante a cerimônia, será

apresentada a nova página do ILB na Internet. Logo após o evento, terão início as aulas do primeiro curso organizado pelo instituto este ano, sobre o Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).



João Alberto ressaltou a importância do discurso de Lula no Fórum de Davos

Fóruns auxiliam o debate, diz João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ressaltou a importância do Fórum Econômico Mundial de Davos e do Fórum Social Mundial de Porto Alegre no estímulo ao debate sobre temas como oportunidades iguais de crescimento e vida digna para todos. Ele destacou a repercussão do pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva em Davos, na Suíça, onde o presidente brasileiro apresentou mensagem de esperança, traduzida na proposta de união mundial para vencer a pobreza e a fome.

– No contexto do pequeno impacto produzido pelas análises econômicas, repercutiu a postura do presidente Lula, que do alto da montanha mágica dessa cidade suíça, pregou o bem contra a lógica irracional da força bruta, da guerra que mata velhos, mulheres e crianças e embrutece os jovens, desfiando-lhes o idealismo – ressaltou João Alberto.

Para o senador, nem Davos, nem Porto Alegre foram inúteis. “Ambos os fóruns revelaram a necessidade de se construir a confiança pública pelo cultivo do espírito de transparência, da cultura da responsabilidade e de um tipo de integridade não dependente de regras e protocolos de boas práticas, plantadas sobre novos e sólidos padrões de comportamento.”

Roque de Sá

Presidente do Conselho de Ética acompanha depoimentos na Bahia

Juvêncio da Fonseca deverá ouvir testemunho dos envolvidos no caso de escutas telefônicas ilegais em que há denúncias de participação do senador Antonio Carlos Magalhães

Governador do Tocantins filia-se ao PSDB

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que a filiação do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, ao PSDB é muito importante para o partido e para o estado. Com ela, o PSDB conta agora com oito governadores que, juntos, segundo informou, representam 53% do Produto Interno Bruto (PIB) e mais da metade do eleitorado brasileiro.

A cerimônia de filiação de Marcelo Miranda, que pertencia ao PFL, foi realizada no dia 28 de janeiro. O ato político, em Palmas, capital do estado, reuniu os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves; de Goiás, Marconi Perillo; da Paraíba, Cássio Cunha Lima; e senadores, deputados e representantes da Executiva do partido.

Para Eduardo, o governador Marcelo Miranda é uma das maiores revelações da nova geração de políticos brasileiros, tendo obtido uma vitória brilhante no Tocantins, ao unir partidos como o PFL, PSDB, PTB, PPB, PST, PSL, PL e o PTdoB em apoio à sua candidatura.

— O governador Marcelo Miranda teve a coragem e a grandeza de fazer o caminho inverso e se filiar ao PSDB, um partido que se coloca no campo de oposição, mas uma oposição propositiva e construtiva que quer contribuir com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para viabilizar as reformas que o Brasil tanto precisa — salientou o senador.

De acordo com ele, os governadores do PSDB estão dispostos a levar adiante as reformas que defenderam desde o governo do então presidente Fernando Henrique. “Coerência política e defesa dos interesses nacionais são marcas destes 14 anos do Partido da Social Democracia Brasileira e assim continuará sendo”, frisou.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou, em entrevista exclusiva à Agência Senado, que estará acompanhando, em Salvador, no decorrer desta semana, os depoimentos das pessoas arroladas no caso de escutas telefônicas ilegais (grampos) executadas a pedido da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Estão previstos os testemunhos do delegado baiano Valdir Barbosa e de seu assessor Alan Souza Farias, apontados pelos investigadores da Polícia Federal (PF) como os autores das escutas ilegais.

Juvêncio da Fonseca disse também que, apesar de o conselho estar acompanhando os interrogatórios do caso, irá esperar a conclusão do inquérito da PF para



Juvêncio poderá convocar conselho, mesmo antes da eleição dos novos membros

decidir o rumo a ser dado ao assunto. O senador ressaltou, no entanto, que, independentemente de o colegiado ainda precisar da eleição de seus novos membros no Plenário para poder funcionar, ele poderá convocar uma reunião do órgão a qualquer momento, com os membros remanescentes

Senadores deverão esperar fim do inquérito

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que só depois de terminado o inquérito da Polícia Federal sobre o escândalo dos grampos telefônicos na Bahia será possível avaliar a conveniência de se acionar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado ou até mesmo criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). “Uma coisa é certa: o Senado não vai se omitir, caso se comprove o envolvimento de algum senador, e a média desta Casa é favorável à apuração dos fatos”, concluiu o senador.

Jefferson lembrou que há três senadores acompanhando o inquérito: ele próprio, o presidente do Conselho de Ética, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), e o senador João Alberto Souza (PMDB-MA). “Não podemos agir de forma precipitada, até porque não há qualquer elemento que justifique uma denúncia ao Conselho de Ética até agora. Não há nenhuma prova material contra o senador Antonio Carlos Magalhães. Vamos, portanto, esperar o fim do inquérito para decidir que rumo tomar”, explicou.

da legislatura passada, se considerar a medida necessária.

O conselho foi instado a acompanhar o inquérito a pedido de 23 senadores, em função de o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ter sido acusado por algumas das vítimas do grampo de estar envolvido no caso.

O presidente do Conselho de Ética informou ainda que, até o último domingo, os parlamentares estavam impedidos, por ordem da Justiça Federal da Bahia, de acompanhar os depoimentos, mas decisão proferida na noite do mesmo dia pelo desembargador Carlos Mathias, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, reverteu o impedimento. O requerimento para impedir que os senadores presenciassem os interrogatórios havia sido feito por representantes do Ministério Público, que alegaram a necessidade de manter o sigilo das informações.



Jefferson Péres: “Não há qualquer elemento que justifique a denúncia no Conselho de Ética”

Jefferson renuncia a verba para despesas

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) comunicou ao Plenário ter enviado ofício ao presidente do Senado renunciando à verba indenizatória de R\$ 12 mil mensais, fixada como teto no final do ano passado para os senadores arcares com gastos em seus estados. O parlamentar enfatizou que a aprovação dessa verba pela Comissão Diretora não constitui ilegalidade e que seu gesto não continha censura a nenhum senador que aceite o benefício, já concedido há algum tempo na Câmara dos Deputados.

No entender de Jefferson Péres, se a Comissão Diretora que dirigiu o Senado até o início deste ano tivesse submetido o ato à deliberação do Plenário, apenas para legitimá-lo, “porque legal ele é”, ele teria votado contra. Daí por que considerou que seria hipocrisia, sendo contra a instituição desse benefício, usufruir do mesmo.

— Não seria uma atitude correta da minha parte — lembrou, acrescentando que não utilizará essa verba até o final do seu mandato.

O parlamentar disse esperar que o Senado devolva os recursos ao

Tesouro Nacional.

— Seria minha contribuição para o superávit primário, que alguns ontem achavam excessivo — 3,75% do PIB — e hoje elevaram para 4,25%, num esforço enorme em favor do equilíbrio das contas públicas — afirmou.

Jefferson também observou que poderia ter escolhido um dia de Plenário cheio, uma terça ou uma quarta-feira, para fazer essa comunicação, mas não quis ostentar sua iniciativa.

— Eu quero apenas que fique registrado nos Anais do Senado.



Projeto de Marina Silva deverá ser examinado pela CCJ em caráter terminativo

Eleitor poderá propor realização de plebiscito

Projeto de autoria da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) — atual ministra do Meio Ambiente — permite a realização de plebiscitos a pedido dos próprios eleitores. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e prevê que o Congresso Nacional poderá examinar propostas de plebiscitos e referendos subscritas por eleitores desde que sejam atendidas as exigências constitucionais: mínimo de 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados com não menos de 0,3% dos eleitores em cada um deles.

Atualmente, explica Marina na justificativa do projeto, a convocação de plebiscito e referendo é atribuição privativa do Congresso Nacional e é efetuada por decreto legislativo. A proposta de decreto deve ser subscrita por pelo menos um terço dos membros de qualquer das duas Casas.

“Trata-se de abrir à iniciativa popular, hoje restrita à apresentação de projetos de lei, a apresentação de propostas de plebiscito e referendo. O projeto se insere num processo maior: a introdução progressiva de mecanismos de democracia direta e democracia representativa” argumenta Marina em seu projeto.

Ela afirma que uma crise de representação atinge as democracias modernas, sendo objeto de discussão nos meios políticos e acadêmicos. A política institucional parece afastar-se da vida, do cotidiano e das preocupações dos cidadãos, observou, e uma das soluções apontadas pelos especialistas é a maior adoção de plebiscitos e referendos. Segundo Marina, são indicadas ainda outras soluções para reafirmação da democracia, como mudanças nas formas de votação usando mais a tecnologia.

Eduardo espera verbas para Ferrovia Norte-Sul

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) informou ontem em discurso que os japoneses poderão financiar a construção de mais 330 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, que já tem 220 quilômetros em operação. Técnicos do Ministério dos Transportes e da Valec, empresa responsável pelas obras da ferrovia, reúnem-se amanhã no Rio de Janeiro com executivos do Japan Bank for International Corporation (JBIC) para discutir o financiamento.

Quando concluída, a Norte-Sul terá 1.900 quilômetros, ligando o Porto de Itaqui, em São Luís (MA), ao estado de Goiás. O primeiro trecho liga Açailândia a Estreito, no



Ferrovia é estratégica para o centro do país, afirma Eduardo Siqueira Campos

Geraldino Magela

Maranhão, onde há uma interligação com a Ferrovia de Carajás. No Tocantins, segundo o parlamentar, já estão prontos 40 quilômetros.

— A Ferrovia Norte-Sul, criticada injustamente quando lançada pelo presidente José Sarney, é de importância estratégica para os estados do centro do país, que poderão escoar sua produção com preços competitivos. Hoje, toda produção agrícola do Tocantins e de Goiás é transportada por caminhões — afirmou.

Eduardo disse que os oito deputados e os três senadores do Tocantins todo ano se unem para destinar verbas do Orçamento da União para a Norte-Sul, que infelizmente têm sido insuficientes.

Orçamento discute hoje convocação de ministros

Na primeira reunião deste ano, convocada para hoje, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará requerimento que convoca os ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para que expliquem ao Congresso o contingenciamento de R\$ 14,1 bilhões no Orçamento federal que o governo anunciou há dez dias.

O requerimento foi apresentado pelo deputado Ricardo Barros (PPB-PR), ex-líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Comissão de Orçamento. Ele quer que os ministros esclareçam

ainda a decisão do governo de elevar de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) o superávit primário deste ano, ou seja, o dinheiro que sobra na caixa da União, estados e municípios antes do pagamento dos juros de dívidas.

Também será votado requerimento do deputado Jorge Alberto (PMDB-SE) para que o ministro Guido Mantega fale do impacto do contingenciamento sobre os contratos e convênios, ainda não pagos, e que foram gerados por emendas de parlamentares aos orçamentos de 2001 e 2002.

Doações para combate à fome podem ter incentivo

Projeto de Maria do Carmo, em exame na CAE, institui dedução para contribuinte que doar recursos a programas contra a pobreza

Terá tramitação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto de lei apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) permitindo que doações a programas oficiais de combate à fome sejam deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O caráter terminativo significa que a comissão poderá rejeitar ou aprovar o projeto em nome de todo o Senado, a não ser que requerimento apresentado por mais de nove senadores peça sua votação em Plenário.

De acordo com o texto, poderão ser passíveis de dedução do referido imposto o valor “das doações efetuadas a fundo oficial instituído por lei e vinculado a programa de combate à fome ou à pobreza, até o limite de 10% do total dos rendimentos tributá-



Segundo Maria do Carmo, projeto contribui para mudar quadro social

Roosevelt Pinheiro

dos que forem instituídos em lei. Maria do Carmo Alves ressalta que o projeto não institui tratamento discriminatório ou favorecido para nenhum grupo de contribuintes.

A parlamentar afirma que “em boa hora a nação, atendendo ao chamamento do presidente da República, coloca como prioridade máxima o combate à pobreza, explicitada pela sua mais perversa manifestação: a fome”. Para ela, o projeto “pretende ser uma contribuição na luta para mudar o quadro dramático de nossa realidade social”. A matéria ainda não tem relator designado, uma vez que aguarda o recebimento de emendas apresentadas pelos demais membros da CAE.

Na justificativa da matéria, a autora destaca que o projeto não trata de renúncia de receita, uma vez que o destinatário das doações será o próprio governo, que usará os recursos nos fun-

Jereissati volta a comentar declaração de Graziano

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) voltou a comentar declaração do ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, que atribuiu aos nordestinos a responsabilidade pela violência nos centros urbanos do Sudeste. Desta vez ele destacou o artigo “Ignorância Zero”, do jornalista Zuenir Ventura, publicado no jornal *O Globo* no último dia 12. Jereissati solicitou a inscrição do artigo nos Anais do Senado, assim como o fez em relação ao texto sobre o mesmo assunto publicado por João Ubaldo Ribeiro.

O senador salientou que Zuenir

Ventura afirma que “considerar que todo bandido é social, atribuir mecanicamente as raízes da violência à miséria é uma inaceitável injustiça com os miseráveis”.

Para embasar sua afirmação, o jornalista cita ainda o trabalho “Pobreza não gera violência”, de José Noronha, Alba Zaluar e Ceres Albuquerque, publicado em 1995 na revista *Ciência Hoje*. Com base em dados dos censos de 1980 e 1991, os autores concluíram que não há nenhuma correlação entre as taxas de crescimento migratório e as mortes por agressões nas regiões metropolitanas.



Jereissati destacou artigo “Ignorância Zero”, publicado no jornal *O Globo*

Jane de Araújo



TV SENADO

7 ANOS

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado acaba de completar sete anos. Nasceu com a tarefa de ser uma televisão plural e de mostrar na íntegra e sem censura os trabalhos legislativos.

Patrícia propõe luta contra exploração sexual infantil

Senadora dedicará seu mandato à defesa das políticas sociais, especialmente as questões ligadas à criança e ao adolescente

Contribuir para que a exploração sexual infantil assuma a relevância que esse drama social merece nos debates e votações do Congresso Nacional, especialmente do Senado, será a prioridade da senadora Patrícia Gomes (PPS-CE) no exercício do seu mandato.

— Passei a campanha inteira com essa bandeira e com esse compromisso, de me tornar uma senadora que viria defender em Brasília as políticas públicas sociais, dando ênfase muito específica à questão da criança e do adolescente, como fiz em meus dois primeiros mandatos, de vereadora e de deputada estadual — enfatizou.

Patrícia Gomes defende que as comissões e os plenários da Câmara e do Senado discutam o Plano de Combate à Violência Sexual Infantil, resultado dos trabalhos realizados ao longo dos dez últimos anos por entidades governamentais e não-governamentais. O plano consolida relatórios produzidos com base em iniciativas que estão sendo desenvolvidas em cerca de 400 municípios, acrescentou.

Juntamente com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), Patrícia Gomes é co-autora de requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquê-



Patrícia Gomes sugere CPI para investigar exploração sexual de crianças e adolescentes

rito (CPI) destinada a investigar a ação das redes clandestinas que exploram sexualmente crianças e adolescentes, para a qual está colhendo assinaturas.

EXPLORAÇÃO INFANTIL

O momento político, na opinião da senadora, estimula o Congresso a ampliar e aprofundar sua participação na formulação de medidas de combate à exploração sexual infantil de ambos os sexos. Dentro dessa perspectiva, ela informou que o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos fez uma compilação de todas as leis que tratam da exploração da criança e do adolescente.

— No momento, estamos fazendo uma análise dessa legislação, para sabermos o que deve ser

modificado, além de identificarmos os projetos apresentados na legislatura passada e que precisam ser reencaminhados — relatou a senadora.

Outra iniciativa destacada por Patrícia Gomes é a retomada das atividades da Frente Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de um colegiado formado por dois representantes da Câmara e dois do Senado. Na legislatura passada, a frente era coordenada pela então deputada Rita Camata.

Quanto à CPI, Patrícia Gomes ressaltou que essa comissão é diferente da que foi realizada há 10 anos sobre o mesmo tema, porque o objetivo da atual será a investigação das redes que exploram as crianças.

De acordo com a senadora, declarações recentes feitas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a necessidade de que sejam adotadas medidas para inibir a exploração sexual infantil são um incentivo ao trabalho que pretende desenvolver ao longo do mandato:

— Isso nos estimula a lutar por mais espaço aqui no Senado, na busca de soluções que impeçam que milhares de crianças, fragilizadas pela pobreza e pela miséria, continuem sendo exploradas sexualmente, principalmente através dessas redes.

Jucá cobra a regulamentação da TV digital

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a Política para a Adoção da Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil, documento aprovado pelo então presidente Fernando Henrique, em setembro último, que visaria facilitar a escolha da tecnologia digital a ser adotada no país. Para Jucá, a iniciativa representa um dos mais significativos saltos tecnológicos nas comunicações, principalmente na televisão brasileira.

Jucá salienta que, para essa mudança se materializar, há necessidade de se regulamentar o sistema de transmissão de televisão digital. Conforme afirmou, ainda depen-

dem de análise os modelos de negócio e de transição, além das características técnicas fundamentais.

Segundo o senador, a política elaborada na gestão do então ministro das Comunicações, Juarez Quadros, baseia-se em cinco pontos. São eles: promoção da inclusão digital; atualização e revitalização da indústria eletrônica nacional; otimização do uso do espectro de radiofrequências; melhoria da qualidade de imagens e áudio; e, por fim, contribuição para a convergência dos serviços de telecomunicações.

Ele lembrou que, devido à dimensão do mercado brasileiro, os

detentores das tecnologias desenvolvidas devem oferecer contrapartidas comerciais, industriais e tecnológicas.

— Com isso, o Brasil não somente se dispõe a monitorar a transição tecnológica de radiodifusão, mas também se habilita à fabricação dos equipamentos em território nacional, gerando mais empregos — disse Jucá.

De acordo com o senador, o documento cita outros benefícios, como melhoria na qualidade de imagem e som, e maior quantidade e diversidade na programação de vídeo. Para Jucá, isso significa mais benefícios da era da informação aos cidadãos brasileiros.

Costa quer ampliar tempo para progressão de pena

Projeto de lei do senador Hélio Costa (PMDB-MG) aumenta, de um sexto para um terço da pena, o tempo mínimo de prisão para que o detento se beneficie da progressão de pena, no caso de condenação por crime praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa. A proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Com a medida, Hélio Costa pretende evitar que sejam precocemente agraciados com a transferência para regime mais benéfico, como a prisão semi-aberta, os condenados por crimes como homicídio simples, roubo, extorsão, maus-tratos e constrangimento ilegal. O projeto não modifica as regras aplicáveis aos crimes hediondos, mantendo a obrigatoriedade de cumprimento integral da pena em regime fechado.

— Acreditamos que o instituto



Proposta de Hélio Costa atinge autores de crimes como homicídio simples, roubo e extorsão

da progressão deve ser preservado para o bem da reinserção social dos condenados, ofertando-lhes a oportunidade, pelo bom comportamento, de galgar todas as etapas da execução penal. No entanto, é imperioso divisar a natureza do crime perpetrado, sob pena de lassidão da legislação penal — argumenta o senador em defesa da proposta.

Malta defende criação de Ouvidoria da Polícia Federal

Preocupado com o controle externo da atividade policial, o senador Magno Malta (PL-ES) apresentou projeto autorizando o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal. Entre as atribuições desse órgão, estão a de receber denúncias contra servidores, propor a instauração de sindicâncias e fiscalizar o trabalho da Corregedoria.

Na justificativa do projeto, Magno Malta argumenta que o controle externo da atividade policial é uma constante nas sociedades democráticas contemporâneas, representando instrumento fundamental para a restauração da confiança popular na instituição policial. No seu entender, o controle externo realizado pelo novo órgão evitaria os efeitos do corporativismo e os vícios acumulados com os anos.

— A experiência nacional, depois da instauração de ouvidorias de Polícia em alguns estados da



Magno Malta argumenta que controle externo é fundamental para a instituição

Federação, tem mostrado que a parceria entre a população e o governo pode, de fato, contribuir para a melhoria da segurança pública no país — afirmou.

Malta lembra que, a partir de informações dos cidadãos, inúmeras investigações

bem-sucedidas já aconteceram e várias estão em curso, o que tem concorrido para o aperfeiçoamento da atividade policial. A criação da ouvidoria, acrescenta, faz parte da política de segurança pública do governo desde o final da década passada e, até hoje, não foi materializada.

Ele disse que a Ouvidoria tem um efeito democrático indireto, porque provoca a prestação de contas por parte de outros órgãos públicos, como a Corregedoria da Polícia Federal e o Ministério Público, uma vez que os resultados obtidos em suas apurações e investigações deverão constar de relatórios.